



REVISTA INTERDISCIPLINAR ENCONTRO DAS CIÊNCIAS
V.1, N.3, 2018

UMA ANÁLISE DA POBREZA NA BASE CURRICULAR DO ENSINO DE SOCIOLOGIA PARA ENSINO MÉDIO

A POVERTY ANALYSIS IN THE CURRICULAR BASIS OF SOCIOLOGY EDUCATION FOR MIDDLE SCHOOL

Amanda Luiza Nunes De Almeida¹ | Antônio Leonardo Figueiredo Calou²

RESUMO

A pobreza na contemporaneidade converteu-se em um tema de fundamental importância quanto ao problema social que se torna e quanto às bases de análises nas quais está ela inserida, como a economia, a sociedade, a política e a cultura. Sobre tais bases, a pobreza vem ser considerada, nesse ensaio, como uma temática em potencial para a Sociologia enquanto ciência que, em várias de suas correntes teórico-analíticas, compreendem, nela mesma, como interessada nas relações sociais que produzem subalternidades. Sobre tal contexto, esse trabalho visa discutir alguns pontos de inserção e percepção da pobreza no currículo formal¹, o qual estrutura e normatiza o ensino da ciência no âmbito escolar básico, ou seja, no Ensino Médio. Para tal feito, apropriamo-nos dos textos da Base Nacional Curricular Comum e dos Parâmetros Curriculares Nacionais sobre o ensino de Sociologia na Educação Básica, com uma pretensão analítica e crítica, de pôr questões quanto às aproximações reais entre a Sociologia e pobreza, assim como as manobras que a fazem oculta neste espaço. Esta comunicação é uma tentativa de propor ao ensino de Sociologia e um olhar mais atento para a pobreza, tanto nas bases estruturais, quanto nas concepções práticas, dialogadas com as vidas empobrecidas de nosso espaço educacional.

PALAVRAS-CHAVE

Pobreza. Sociologia. Currículo. Ensino.

ABSTRACT

Poverty has become a subject of fundamental importance in terms of the social problem that it becomes and the bases of analyzes in which it is inserted, such as economics, society, politics and culture. On this basis, poverty is considered in this essay as a potential theme for sociology as a science which, in several of its theoretical-analytical currents, understands itself as interested in social relations that produce subalternities. On this context, this essay discusses some points of insertion and perception of poverty in the formal curriculum that structures and norms the teaching of science in the basic school environment, that is, in high school. For this purpose, we have appropriated the texts of the National Curricular Base and the National Curricular Parameters on the teaching of Sociology in basic education, with an analytical and critical pretension, for questions about the real approximations between sociology and poverty, as well as the maneuvers that make it hidden in this space. This communication is an attempt to propose to the teaching of sociology a closer look at poverty, both on a structural basis and in practical conceptions, in dialogue with the impoverished lives of our educational space.

KEYWORDS

Poverty. Sociology. Curriculum. Teaching.

INTRODUÇÃO

¹ Teorias pedagógicas dos anos 1960, que dividem a ideia de currículo em três perspectivas: formal, real e oculta. (ARRAYO, 2015).

O presente ensaio tem por objetivo trazer uma pequena análise crítica acerca do ensino de Sociologia no Ensino Médio e a efetivação de suas teorias, conceitos e práticas, assim como sua motivação finalística: a de promover um olhar mais aguçado e crítico para as relações sociais nas mais diversas manifestações coletivas; sociedade, cultura e sistema político, pensando sobre tal contexto, como se dá o tema da pobreza no seu currículo e as contribuições que ela pode trazer para o debate dessa temática nas instituições de ensino.

Para compor um arcabouço analítico da disciplina de Sociologia e sua competência no sistema educacional brasileiro, utilizamo-nos de dois documentos norteadores que servem para regulamentar a concretização do ensino, o programa da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Plano Nacional Curricular (PCN) nas suas duas versões, todos os documentos com ênfase no ensino de Sociologia. Nosso propósito está voltado a perceber como a pobreza está presente, mesmo que indiretamente, dentro dos temas que a ela se relacione, nos parâmetros que regem o ensino da disciplina de Sociologia.

Para então refletir sobre o assunto, consideramos algumas perguntas norteadoras como: a constituição histórica da Sociologia considerou a pobreza como um fato/fenômeno social a ser analisado por sua ciência? A pobreza está inserida, mesmo que transversalmente, no ensino de Sociologia? No que a Sociologia pode contribuir para efetivar o ensino sobre a pobreza e o “saber-se pobre”?

Para tanto, estaremos utilizando o método qualitativo, bem como teremos como metodologias de análises, a observação participante, a produção de material audiovisual e a revisão bibliográfica. Desta forma, tomando como base a análise sociológica, será pesquisado sobre o conceito de pobreza, marginalização e desigualdade social. Na intervenção, é proposto um minicurso para os estudantes de Ensino Médio e na exposição será tratado o significado do conceito de pobreza e de extrema pobreza, enveredando para o significado de questão social; em que serão expostas citações de alguns autores. Em seguida, será tratado da pobreza no Brasil, momento no qual falaremos sobre desigualdade social e conversaremos sobre as causas da pobreza (econômica, sociocultural, histórico). Diante disso, buscaremos fazê-los/las refletir sobre suas próprias realidades com exibição de vídeos, músicas, poesia, parodia e dinâmicas. Após essa reflexão, a ideia continua com a exposição de suas realidades e/ou a de seus familiares e responsáveis. Com esses depoimentos, será proposta a construção de vídeo, através do qual histórias se entrelaçam no reconhecimento do “saber-se pobre” (ARROYO, 2015). Deste modo, estes métodos são usados como instrumento para despertar no jovem a curiosidade e o interesse para com a sua realidade cotidiana.

DESENVOLVIMENTO

Primeiro, notamos a relevância de ressaltar a influência dessa ciência quanto ao tema aqui proposto, e, com isso, sugerir uma reflexão quanto a ser ela as bases teórico-metodológicas que buscaram perceber a pobreza como uma situação com grande necessidade de análise. Consideramos que as primeiras bases teóricas que caracterizam a fundação da disciplina nascem entre os séculos XVIII e XIX, com os pensadores Karl Marx, Emile Durkheim e Max Weber, que, em quase todas as teorias, de alguma forma, perpassaram a concepção de pobreza. Os fatos sociais, as relações sociais que pautavam as relações de trabalho, os modos de produção, as normas e regras normalizadoras de estado, as relações de poder nos comportamentos e ações, entre outras concepções teóricas, de certo modo, se estancam na conjuntura da pobreza.

A Sociologia, assim como as demais disciplinas que compõe o tripé da grande área das Ciências Sociais, se dá como um arcabouço intelectual pensado sobre as revoluções industriais, políticas e sociais, que veio intervindo na cultura e ações coletivas, balançando a conjuntura do mundo moderno e suas rápidas mudanças. A sua percepção fundante está contida na reflexão de dois eixos que dão norte a disciplina: os indivíduos como produtores da sociedade e a sociedade como produtora de indivíduos. Nessas análises, estabelecem-se várias concepções acerca dos processos, ações, manutenção, mudanças etc, que acontecem na interação dos sujeitos em coletividade.

A pobreza é mais um dos fenômenos sociais construídos pelos indivíduos e mantidos por eles mesmos. No cerne de suas bases, as perspectivas perpassam todos os campos, os quais as Ciências Sociais têm considerado, como objetos fundamentais do composto da vida em interação dos indivíduos, a economia, a cultura e a política (ALVAREZ LEITE, 2015; MENDONÇA, 2015), eixos que trazem a percepção da pobreza enquanto objeto sociológico².

No Ensino Médio, o ensino de Sociologia tem a pretensão de contribuir para a construção de um olhar analítico sobre a vida dos sujeitos em sua coletividade, pautando a cultura, o social e a política. Tal ótica consiste, pois, em reflexões teórico-metodológicas que possibilitam ao sujeito a capacidade de problematizar a realidade social complexa na qual está inserido. A referida perspectiva permite ao educando/a compreender o seu lugar como sujeito social no seu contexto

² O termo vem trazer uma contraposição ao que se tem visto sobre qualquer objeto ser ele um problema social. De acordo com Remi Lenoir (1988): “Um problema, por definição, “social”; ora, esse termo remete, pelo menos, a duas acepções. A primeira, herdada da “economia social” como ciência auxiliar e ancilar da economia política, abrange o campo da “ajuda social” [...], em suma, dos problemas enfrentados, profissionalmente, pelos trabalhadores “da área social” [...]. A segunda acepção provém de um outro sentido que o termo já tinha no século XIX: próximo do termo “socialismo”, “questão social”, ou “pesquisa social”, encontra-se atualmente nas expressões como “parceiros sociais”, “direito social”, “conflito social”, etc. Esse termo designa, então, tudo o que diz respeito as relações entre grupos “sociais”, em particular, as relações entre patronato e “assalariados”, isto é, as condições de trabalho no âmago do que é designado por “mundo do trabalho””(p.61). A pobreza é em si um problema social, como também pode ser ele um potencial objeto sociológico, que como enfatiza o autor, não está interessado nela como um problema dado, nas redes que a constitui como um problema. Para ele, o problema social está cheio de pré-noções, cabe ao sociólogo desvendá-los.

social, podendo, com isso, intervir nessa realidade quando sentir necessidade. Nesse contexto, a Sociologia faz um papel preponderante: dar bases para construção de uma cidadania ativa.

A pobreza, enquanto problema social e educacional, torna-se um objeto sociológico em potencial, pois se caracteriza pela necessidade de ser analisada sobre as bases que estruturam a sociedade, oportunizando ao estudante reconhecer-se nos seus espaços de atuação, para poderem agir nele, construindo um conhecimento necessário à sua experiência no mundo.

As bases nacionais que regulam o ensino de Sociologia tem reconhecido, a passos lentos, a importância de sua ciência na constituição de uma sociedade mais justa e cidadã. Para ser inserida no ensino regular, foi ela motivo de muitas “brigas” políticas, manifestações populares e organizadas, agentes que percebiam a necessidade de seu conhecimento, manifestaram pressionando durante anos, governos que não tinham interesse em difundir seu saber (CARVALHO, 2004). Assim como seu nascimento e reconhecimento no século XIX, que seguiu de muitas interdições, no Brasil, sua proposta se deu da mesma forma.

Hoje, já prevista por lei, a Sociologia vem atualizando seu currículo desde sua inserção na Educação Básica, de forma tal que podemos perceber que, tudo que já tratamos até agora, tem sido considerado pelos sistemas que regem seu ensino:

A Lei 9.394/96 estabelece como uma das finalidades centrais do Ensino Médio a construção da cidadania do educando, evidenciando, assim, a importância do ensino da Sociologia no Ensino Médio. Tendo em vista que o conhecimento sociológico tem como atribuições básicas investigar, identificar, descrever, classificar e interpretar/explicar todos os fatos relacionados à vida social, logo permite instrumentalizar o aluno para que possa decodificar a complexidade da realidade social (BRASIL, 2015, p. 37).

Podemos considerar que alguns autores deixaram bem claro o papel da Sociologia, enquanto ciência analítica das relações sociais. No entanto, suas concepções criaram múltiplas correntes que tendem a perceber os fatos e fenômenos sociais por caminhos diferentes. Dentre as mais várias, consideramos como de melhor ótica para o conhecimento que se atrela à pobreza, as correntes marxistas e a perspectiva humanista fundamentada por Peter Berger.

A primeira porque está estritamente ligada às formulações teóricas de Karl Marx, o qual compreende a sociedade sobre seus meios de produção e distribuição desigual dos bens produzidos. Demonstrando um interesse específico com a desigualdade social, em sua história sobre as lutas pela implantação de um sistema que oportunizasse a equidade na distribuição de bens. Uma demonstração desse interesse é a obra *O manifesto do partido comunista* (1997), no qual é reconhecido historicamente como um livreto que pedia para a classe trabalhadora acordar para sua condição de precarização social e se levantar contra seus exploradores. Suas teorias embasaram e embasam até hoje a grande maioria dos movimentos sociais que acreditam que suas participações

ativas e reivindicatórias garantem a efetivação de seus direitos³. Tais movimentos têm, na percepção de pobreza, no reconhecimento de suas vidas precarizadas⁴, os motivos que os fazem levantar e buscar a igualdade necessária.

A segunda porque se trata de uma perspectiva de análise para a Sociologia. A concepção humanista de Peter Berger vem discutir questões pontuais ao trabalho do sociólogo sobre o aspecto do que ele denomina de prisma sociológico, que consiste em pensar para onde está voltado o olhar da sociologia. Ao responder, enfatiza está indo ao encontro do não convencional, do que não tem interesse para os dominantes, do subalterno.

“Não estaremos muito distante da verdade se virmos o pensamento sociológico como parte daquilo a que Nietzsche chamou de “a arte da desconfiança”. [...] A perspectiva sociológica envolve um processo de ver além das fachadas das estruturas sociais. [...] Por trás das fachadas escondem-se os mistérios sociais. O desejo de desvendar esses mistérios é análogo à curiosidade sociológica (BERGER, 1986, p. 40-42).

O Plano Nacional Curricular do ensino de Sociologia consegue perceber a pobreza de forma transversal na maior parte de sua formulação. Mas há que se considerar, que a Sociologia nasce apontando para necessidade de se discutir, complexificar e problematizar a vida social, principalmente sobre as bases subalternizadas. Somente sobre as correntes que elencamos como melhores fontes que impulsionam os estudos sobre pobreza, catalogamos alguns pontos nos documentos que ressaltam, mesmo que indiretamente.

Concepções mais teóricas acerca do que motiva o ensino da pobreza pela Sociologia:

Um outro conceito que precisa ser entendido em toda sua complexidade é o de **ideologia**. De tal maneira, pode-se tomar como ponto de partida para o entendimento do conceito a concepção de ideologia em Marx, enquanto “*um sistema de crenças ilusórias relacionadas a uma classe social determinada*”. O discurso da classe dominante sobre a realidade acaba prevalecendo, no sentido de preservar certos privilégios. Sendo assim, considerando, de maneira articulada, os vários conceitos discutidos no processo de aprendizagem, o aluno teria elementos para entender a aplicabilidade e as limitações do preceito de que “*as idéias dominantes de uma época representam as idéias da classe dominante*”.

No contexto da reflexão sobre ideologia, caberia ressaltar o papel da **indústria cultural** e dos **meios de comunicação de massa**, que induzem os indivíduos ao consumo exacerbado e, ao mesmo tempo, promovem a **alienação** em detrimento da **conscientização**.

Se, por outro lado, **a vida social** pode ser entendida como um conjunto de práticas (re)produzidas, analogicamente podemos tomar a vida social como um tipo de **linguagem**.

Em outros termos, como um sistema de comunicação, de cuja constituição e atribuição de sentido participamos. Sendo assim, a linguagem é falada por atores¹³ e utilizada como meio de **comunicação** e **interação**, formando uma estrutura dotada de **sentido**. (BRASIL, 2015, p. 40).

Concepções de visão analítica:

³ Ver Shirley de Miranda: Diversidade e Ações Afirmativas: combatendo as desigualdades sociais.

⁴ No seu clássico artigo *Vidas Precárias*, Judith Butler, vem estabelecer um diálogo sobre o “assujeitamento” da vida certos indivíduos pela concepção do discurso. Butler nos mostra a concepção “precária” na qual os sujeitos vivem, pela força discursiva que se direcionam a eles.

Por outro lado, o ensino da Sociologia no Ensino Médio também deve fornecer instrumentais teóricos para que o aluno entenda o processo de mundialização do capital, em correspondência com as sucessivas revoluções tecnológicas. Processo amplo que acabou gerando um reordenamento nas dimensões políticas e sócio-culturais.

Assim sendo, relevantes instituições sociais, como a **família** e o **Estado**, assumem novos significados: aparecem novos atores e ampliam-se os cenários. O modelo de família nuclear e patriarcal vai perdendo espaço, tendo em vista as conquistas advindas do próprio movimento feminista. No Estado de Direito, enfatiza-se que o cidadão e o poder público devem ter, ao mesmo tempo, direitos e deveres. E há que considerar também o papel das Organizações Não-Governamentais como novo agente político.

As relações tradicionais e formais de emprego (com vínculo empregatício, estabilidade, etc) passam a ser, cada vez mais, substituídas por outras formas de organização das relações de trabalho (autônomo, temporário, terceirizado). Este mesmo processo de flexibilização das relações de produção, além do advento de novas tecnologias, despadroneja as relações de trabalho e acaba interferindo no próprio perfil da qualificação exigida pelo mercado de trabalho. Resulta daí um mundo de contrastes extremos, de abundância e escassez, riqueza e penúria, que acabam por reforçar e expandir conflitos regionais com motivações étnicas.

Cabe ao professor orientar seus alunos no sentido de compreender e avaliar o impacto desse conjunto de transformações nas suas próprias vidas, pois ainda que alguns não façam parte da população economicamente ativa, certamente cada um terá como avaliar a repercussão de tudo isso dentro de sua família. (BRASIL, 2015, p. 37).

Podemos perceber que a Sociologia tem grande potencial nos seus arcabouços teóricos e metodológicos, assim como em suas correntes e visões, especialmente quando o assunto é a pobreza. Poderíamos até conotar se essa não estaria, desde seu nascimento, interessada em proporcionar reflexões acerca dos padrões de pobreza. No entanto, a Sociologia tem-se restrito a sua capacidade analítica, o que não quer dizer que sua função crítica não aponte caminhos para os problemas sociais, mas, por não mobilizá-las, acabam não saindo dos livros e das quatro paredes da sala de aula.

E esses conhecimentos permitem que outros profissionais procurem alternativas de intervenção frente aos problemas sociais oriundos desta nova ordem política, econômica e social. Enfim, a Sociologia, ao mesmo tempo em que realiza um esforço para entender a realidade social, também subsidia outros agentes sociais na solução dos problemas (BRASIL, 2015, p. 38).

Instigamo-nos a pensar se não é esse o problema da Sociologia no Ensino Médio. E com relação à pobreza, a falta do conhecimento da vida do sujeito pobre, atrelada aos conteúdos históricos, as formas analíticas de ver as situações sociais, políticas, econômicas e culturais, para então tudo que se é visto fazer sentido. Sentimos falta de seu modelo interventivo, que poderia seguir jungindo teorias, metodologias, correntes analíticas, as vidas dos sujeitos, principalmente os subalternizados, estigmatizados e empobrecidos.

A partir dessas interrogativas é importante pensar à luz da Sociologia Humanista de Peter Berger (1986), que ressignifica o ofício do sociólogo para a investigação do que está nos bastidores dos acontecimentos e relações sociais. Um autor que traz à tona esta discussão é o cientista social Miguel G. Arroyo, em “Pobreza, Desigualdade e Educação” (2015), no qual ele vem destacar a presença da temática da pobreza e da desigualdade no contexto educacional e os possíveis enfrentamentos desta realidade para os profissionais da educação.

É necessário perceber que a pobreza nos cerca: ela persiste dentro das escolas, nos noticiários e em diversos estudos sociais. Nas salas de aula, essa realidade fica evidenciada pelos corpos famintos e empobrecidos de milhões de crianças e adolescentes que chegam às escolas, as quais são, em muitos casos, igualmente pobres. Devido a tão significativa presença, essa questão se tornou objeto de políticas públicas, como programas de “erradicação da pobreza”. Diante desse quadro, cabe a pergunta: de que forma nós, docentes e gestores (as) da educação, estamos implicados nesse contexto? (ARROYO, 2015, p.6).

Frente ao exposto, temos que problematizar dentro das escolas a existência da pobreza, repensando o currículo, as práticas educacionais e romper com as visões moralistas sobre este tema. Uma forma necessária seria mostrar através da questão social e processo histórico da desigualdade social no Brasil, isto porque, dessa maneira, deixaríamos de responsabilizar a educação, pois a pobreza tem que ser abordada como um problema estrutural e social.

Outro fator preocupante é a forma de as pessoas perceberem e entenderem a pobreza, desigualdade social e marginalização, não as enxergando como um fenômeno social, cabível de estudo e elaboração de estratégia para enfrentamento na sociedade contemporânea. Em muitas situações, este não entendimento está associado à construção ideológica da nossa sociedade que cria estigma sobre determinados temas, conceitos e fenômenos sociais.

A dificuldade de lidar com um fenômeno social de muitas caras coloca a nu a visão da própria sociedade sobre a pobreza e sua incessante reprodução. Em virtude da complexa configuração ideológica que cerca a pobreza, por vezes sequer nos governos e instituições nacionais e internacionais há pessoas preparadas para formular e executar políticas combativas (REGO; PINZANI, 2015, p.23).

Mediante tal questão, o professor de Sociologia pode, em sua atuação, fazer com que os estudantes possam sair de sua zona de conforto para ver o que está por trás desse enorme muro que é esta sociedade socialmente e politicamente construída. Pelo fato de que ele tem subsídios necessários para, através da sua autopercepção e do conhecimento adquirido ao longo de formação, mudar a dinâmica de uma sala e a mesmo da escola. Agindo assim, o professor sociólogo “[...] estará procurando indicadores que poderiam apontar para a direção principal, chamando atenção para as formas e tendências subjacentes da extensão da sociedade contemporânea.” (MILLS, 2009 p.55).

Quando se indaga a respeito da promoção da aprendizagem, é difícil quando há barreiras no contato e na interação, mas nós, enquanto profissionais, temos que buscar formas e metodologias para quebrar com o senso comum, pois temos subsídios necessários para mobilizar e conduzir os jovens do Ensino Médio ao pleno exercício do senso crítico na sociedade contemporânea.

ALGUMAS PROPOSTAS INTERVENTIVAS

Como podemos perceber, a Sociologia tem enquanto ciência toda uma estrutura que possibilita o cumprimento com as análises acerca das situações de pobreza. Logo, teoricamente a BNCC e o PCN da disciplina de Sociologia no ensino médio contemplam, em vários momentos, a pobreza sobre o seu olhar analítico e crítico, apontando direções para sua superação.

Apesar disso, buscamos considerar aqui que a prática da disciplina no espaço escolar é tão precária quanto o tema que aqui cobramos dela. Primeiro, pela forma despreocupada com que a disciplina é inserida no contexto educacional brasileiro. Uma disciplina que discute sobre a vida humana em interação, que busca educar para a cidadania, é somente vista nos últimos anos de todo um sistema educacional básico. Sobre esse ponto, somos levados a pensar, de forma metafórica, se sua inserção não é dada como uma espécie de crença de salvação pelas políticas educacionais, pois como pensar a educação para a cidadania, diante de um público com personalidades formadas? Outro ponto trata-se da carga horária destinada para o seu ensino: uma aula semanal, com 50 minutos de aula, sendo que as possibilidades de fazer uma aula através da qual se possam ver bases teóricas, refletir e discutir sobre elas e ainda vivenciá-las é algo quase impossível. Não dá para fazer de uma forma em que cada etapa possa se aproveitar pelo menos o básico, pois, quando tudo se dá em uma única aula, as concepções ficam vagas e nada consegue ser realmente apreendido. E, por último, o aspecto interventivo da disciplina, pensando a disciplina de forma prática, ou seja, trazer as correntes de análises sociológicas para dialogar com a vida social, com a cultura, com o espaço, com as normas e regras que o sujeito está inserido, com as relações de poder que estão submergidos. Penso ser necessário construirmos o saber sociológico sobre o ponto de vista daqueles que deles anseiam.

Buscaremos agora pensar alguns passos que poderiam ser utilizados pela Sociologia para efetivação do ensino sobre a pobreza no Ensino Médio:

Uma primeira perspectiva que temos muita afinidade é a Etnografia, de forma tal que ficamos tentado a pensar com ela, maneiras de apresentar uma escrita científica em que a pobreza, ou o conhecimento dessa, possa aparecer nesse olhar descritivo e apurado. Para uma aula, gostaria de pensar com meus alunos, a pobreza sob um olhar etnográfico da seguinte maneira:

1º Pensar as concepções e discursos que narram sobre a pobreza sobre o âmbito da formação cultural, considerando os estigmas, os preconceitos, a marginalidade e demais temas que se relacionam sobre um ponto de vista de formação cultural.

2º Embasar os/as educando/as sobre o método etnográfico e suas bases de escrita, buscando compreender o estranhamento como algo promotor para enxergar nas relações cotidianas e em seus espaços aquilo que não se concebe perceptível pelos sujeitos. E, então, buscar estranhar a pobreza nas suas próprias relações.

3º Compreendendo a pobreza e o olhar etnográfico, buscaria praticar com eles/elas, de forma que pudéssemos produzir um conhecimento antropológico sobre os espaços em que nós mesmos estamos inseridos. Isto aconteceria com a elaboração de um vídeo pelos jovens, sobre histórias vida que se entrelaçam no reconhecimento do “saber-se pobre” (ARROYO, 2015).

Tudo isso demanda certo tempo e prática, sendo que, numa aula de 50 minutos, é impossível, mas, se bem organizados, com certeza poderíamos constatar a eficiência do método que pode levar o conhecimento sobre a pobreza. Então, prepõe-se realizar o minicurso com os jovens na aula de Sociologia em três momentos distintos, em que será um encontro em cada semana com duração de 50 minutos cada. Como foi especificado anteriormente, para podermos alcançar o objetivo central, que é entender como os jovens se compreendem na sua realidade e incorporar um olhar crítico acerca da pobreza e marginalidade.

CRONOGRAMA DO MINICURSO SOBRE POBREZA E MARGINALIDADE

ATIVIDADES	1ª SEMANA	2ª SEMANA	3ª SEMANA
Apresentação dos conceitos de pobreza, marginalidade e desigualdade social.	X		
Exposição dos pensamentos de autores da sociologia sobre a pobreza e marginalidade.	X		
Pobreza no Brasil: Causas e efeitos	X		
Explicação do método etnográfico		X	
Exposição de vídeos, músicas e poesias sobre o tema		X	
Elaboração de vídeos sobre histórias de vida		X	X

Outras possibilidades podem ser pensadas numa mesma estrutura, mas com uma metodologia diferente, ou uma corrente analítica diferente. Por exemplo, as histórias de vida, que possibilitam ver na vida do outro, concepções de sua própria vida. Como sobre as correntes de pensamento de gênero e feministas, nas quais as análises pautariam as vidas que são precarizadas pela dominação machista e patriarcal do sistema na qual vivemos. Assim como sobre as bases quantitativas, ensinando a buscar respostas em números de pessoas que vivem numa mesma condição e porque elas vivem dessa forma.

A Sociologia é uma ciência que está presente em todos os campos e áreas, que direta e indiretamente, está olhando para as concepções subalternas. É só fazer uma pequena busca e perceber isso. São diversas sociologias com teorias, métodos e perspectivas de análises, sobre os mais vários objetos, a saber: Sociologia política, Sociologia da religião, Sociologia do gênero, das

emoções, da saúde, das cidades, etc. Todas trazem vertentes através das quais se pode enxergar as desigualdades sociais e a pobreza como fonte de análise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos reconhecer aqui que a Sociologia dar-se de um ponto de vista necessário para o trabalho com as situações de pobreza. No espaço escolar e dentre as demais disciplinas, temos uma interessada especificamente com o tema, porém temos que considerar que não passa bem a sua valorização. Pela sua força analítica, transformadora de concepções de vida pela base da pesquisa, para além de sua forte formação política, que tem buscado a igualdade social, a Sociologia tem sido alvo de agentes políticos interessados, que reconhecendo seu potencial transformador, tem, por vezes, feito tentativas de retirada de seus conteúdos e do currículo no rol de disciplinas do Ensino Médio. Manobras políticas estritamente interessadas no seu fim, articuladas ao pensamento de ser ela perigosa, no contexto de uma sociedade pensante.

As possibilidades então de perceber a pobreza e fazer dela objeto de análise, em que a Sociologia pode buscar, junto aos sujeitos envolvidos nesse contexto, fica cada vez mais “capenga” e instável. Todavia, há que nos empoderarmos enquanto profissionais sociólogos e educadores, manobrando as situações para fazer acontecer o conhecimento sociológico e logo o conhecimento sobre a pobreza.

Fazendo uma reflexão acerca da prática docente e da identidade profissional do professor, podemos então entender que o professor de Sociologia traz consigo uma lente crítica e uma sensibilidade voltada a perceber como a escola é constituída e quais fundamentos se apropriam para sua efetivação educacional. Podendo também intervir no processo educacional fazendo com que os alunos possam ver um significado da disciplina de Sociologia através da coerência metodológica para então fazer com que eles possam ir além das “fachadas das estruturas sociais”.

A prática profissional, entendida como elemento estruturante do curso, supõe uma concepção alargada de currículo (que transcende a “lista” de disciplinas, mas a “prática pedagógica”) em que as escolas do ensino básico e secundário sejam encaradas como lugares fundamentais de aprendizagem profissional dos futuros professores e não como meros lugares de “aplicação” (CANÁRIO, 2005, p. 128).

A disciplina de Sociologia, bem como os profissionais desta área, buscam proporcionar uma visão de mundo ampla, contribuindo para o entendimento do “mundo social” e demonstrar sua diversidade. A partir de um pequeno estudo acerca dessa disciplina temos a possibilidade de conhecer, compreender e aprender a respeitar as diferenças.

Para se construir um espaço de ensino, aprendizagem, discussões e reflexão que pudesse ser um processo realmente coletivo e dialógico. A disciplina de Sociologia, como um todo, nos permite

trabalhar com temas específicos e, de uma maneira geral, tem o objetivo de trabalhar com elementos simbólicos, a fim de trazer reflexão sobre situações corriqueiras. A mesma tem uma relação recíproca com tudo, pois há uma troca de informações como forma de interação social. A reciprocidade é um dos critérios utilizados para que haja uma relação dialógica entre educador e educando.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ LEITE, L. H. **Escola: espaços e tempos de reprodução e resistência da pobreza**. Fortaleza: SECADI, 2015.

ARROYO, M. G. **Pobreza e Currículo: uma complexa articulação**. Fortaleza: SECADI, 2015.

_____. **Pobreza, Desigualdade e Educação**. Fortaleza: SECADI, 2015b.

BERGER, P. **Perspectivas Sociológicas: uma visão humanista**. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais + (PCN+) - Ciências das Humanas e suas Tecnologias**. Brasília: MEC, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)**. Brasília: MEC, 2015b.

BUTLER, J. Vida Precária. **Contemporânea**. São Carlos, n. 1, p. 13-33, jan.-jun. 2011.

CANÁRIO, R. **O que é escola? Um “olhar” Sociológico**. Editora Porto, 2005.

CARVALHO, L. M. G. (Org.). **Sociologia em debate: Experiências e discussão de Sociologia no Ensino Médio. A trajetória histórica da luta pela introdução da disciplina de Sociologia**. Ijuí: Editora Unijuí, 2004.

LENOIR, R. Objeto Sociológico e Problema Social. In: CHAMPAGNE, P. et al. **Iniciação a prática sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MARX, K. e ENGELS, F. **O manifesto do Partido Comunista**. Lisboa: Avante, 1997.

MENDOÇA, E. F. **Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação**. Fortaleza: SECAD, 2015.

MILLS, C. W. **Sobre o artesanato intelectual**. In: Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MIRANDA, S. A. **Diversidade e Ações Afirmativas: Combatendo as desigualdades sociais**. Minas Gerais: Autêntica, 2010.

PERLMAN, J. E. **O Mito da Marginalidade: Favelas e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

REGO, W. L. PINZANI, A. **Pobreza e Cidadania**. Fortaleza: SECADI, 2015.

Recebido em: 04 de Agosto de 2018

Aceito em: 29 de Agosto de 2018

¹ Especialista em Ensino de Sociologia no Ensino Médio pela Universidade Federal da Bahia. Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Regional do Cariri (URCA).

² Mestre em Ciências das Religiões pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), graduado em Ciências Sociais pela Universidade Regional do Cariri (URCA), especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Psicanálise Clínica pela Faculdade de Teologia e Ciências (FATECC). Membro do Núcleo de Pesquisas Socioantropológicas da Religião e do Gênero (SOCIUS). E-mail: leo.calou@hotmail.com